



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 1 de 4

**Cópia de parte da**

-----**Ata Nº. 28/2022**-----

Aos **vinte e um** dias do mês de **novembro** do ano de **dois mil e vinte e dois**, na Sala de Reuniões do edifício dos Paços do Município, sito na Vila da Batalha, reuniu, em sessão extraordinária, a Câmara Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores:-----

**Presidente:** -----**RAUL MIGUEL DE CASTRO**-----

**Vice-Presidente:**-----**CARLOS AGOSTINHO COSTA MONTEIRO**-----

**Vereadores:** -----**MÓNICA AGUIAR LOURO CARDOSO**-----

-----**ANA RITA ANDRÉ COSTA E SILVA CALMEIRO**-----

-----**MARIBELA DOS SANTOS VIEIRA**-----

-----**NUNO AUGUSTO SILVA ALMEIDA**-----

-----**ANDRÉ EMANUEL BENTO DE SOUSA**-----

-----\*\*-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

(...)

-----\*\*-----

**DELIBERAÇÃO Nr. 2022/0506/G.A.V.**-----

**Ponto 3 - Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027, onde se inclui a aprovação de:**

- **Assunção de compromissos plurianuais (até 100.000 euros);**-----

- **Mapa de Pessoal para 2023;**-----

- **Autorização para a inscrição de rubricas de receita.**-----

**MGD nº 103 de 09/11/2022**-----

----- Presente a proposta nº 129/2022/G.A.V. emitida em 08/11/2022 pelo senhor Vice-Presidente, Carlos Agostinho Costa Monteiro, que se transcreve: -----

----- «Considerando,-----

1. Que, nos termos legalmente previstos, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento;-----

2. Que o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (na sua atual redação), define-se como "(...) o novo regime de contabilidade a ser adotado transversalmente em todo o setor público, e irá permitir a convergência das práticas de contabilização e avaliação de ativos dos organismos das administrações públicas portuguesas, com as dos Estados-membros da UE."; -----

3. Que este sistema contabilístico único, completo e universal, cuja entrada em vigor ocorreu em 01 de janeiro de 2020, veio revogar quase na íntegra o diploma do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL), excepcionando-se as seguintes matérias: controlo interno (ponto 2.9 do POCAL), regras previsionais (ponto 3.3 do POCAL) e modificações orçamentais (ponto 8.3.1 do



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 4

POCAL), conforme artigo 17.º do citado Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de janeiro, na sua atual redação; -----

4. Que, nos termos do ponto 11 – Componentes das demonstrações orçamentais da NCP n.º 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, as demonstrações orçamentais compreendem o orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual, bem como o plano plurianual de investimentos;-----

5. Que, a inscrição de rubrica de receita é uma das contrapartidas que o POCAL (ponto 8.3.1), apresenta para a revisão orçamental; contudo, ocorrem situações em que não se pretende aumentar a despesa por conta da receita a inscrever, mas apenas garantir a sua inscrição orçamental que é uma condição necessária à respetiva liquidação e cobrança;-----

6. Que, no âmbito do disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o órgão executivo deve apresentar (até 30 de novembro de cada ano) ao órgão deliberativo, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte;-----

----- Considerando ainda,-----

7. Que a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, determina que o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento; -----

8. Que de acordo com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), em articulação com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal;

----- Nestes termos, propõe-se, ao abrigo das disposições legais aplicáveis, que a câmara municipal aprecie e delibere: -----

i. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da mesma Lei, se pronuncie sobre o Orçamento enquadrado no Plano Orçamental Plurianual para 2023-2027, bem como as Grandes Opções do Plano para o período 2023-2027; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 3 de 4

ii. Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, todos na sua atual redação, propor que a Assembleia Municipal emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos seguintes casos:-----

Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----

Resultem do previsto no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano;-----

Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

iii. Nos termos do disposto na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão deliberativo se pronuncie sobre o Mapa de Pessoal para 2023, de acordo com o estatuído na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal;-----

iv. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a inscrever rubricas de receita, cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma, e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento.»-----

----- **A Câmara Municipal apreciou, e tendo em conta os fundamentos constantes na proposta supra aduzida, deliberou por maioria, com quatro votos a favor e três abstenções:-----**

**a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (na sua atual redação) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua atual redação), aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo, nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da mesma Lei, se pronuncie sobre o Orçamento enquadrado no Plano Orçamental Plurianual para 2023-2027, bem como as Grandes Opções do Plano para o período 2023-2027;-----**

**b) Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, todos na sua atual redação, propor que a Assembleia Municipal emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos seguintes casos:-----**

**1. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----**

**2. Resultem do previsto no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano;-----**

**3. Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----**

**c) Nos termos do disposto na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão deliberativo se**



MUNICÍPIO DA BATALHA  
CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA  
(DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 4

**pronuncie sobre o Mapa de Pessoal para 2023, de acordo com o estatuído na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal;-----**

**d) Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a inscrever rubricas de receita, cuja necessidade de cobrança ocorra durante a execução, desde que exista rubrica no classificador orçamental para a mesma, e não se pretenda aumentar o valor global do orçamento.**

----- Abstiveram-se os senhores vereadores eleitos pelo PPD/PSD, tendo os mesmos apresentado uma declaração de voto, a qual fica a fazer parte integrante da presente deliberação, arquivada na pasta dos documentos presentes em Reunião de Câmara.-----

Aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Está conforme o documento original existente no arquivo desta Câmara Municipal, o que certifico.

Batalha, aos 23/11/2022

O Presidente da Câmara Municipal

---

(Raul Miguel de Castro)

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

### **Orçamento 2023**

Os vereadores do PSD na Câmara da Batalha decidem abster-se na votação do orçamento de 2023, após receção dos documentos finais em 23 de novembro de 2022.

Apesar de terem sido consideradas 4 propostas do total de propostas apresentadas pelo PSD, entendemos que não nos revemos no orçamento apresentado pela maioria que governa a Câmara.

Sendo expetável um ano particularmente difícil para as famílias, empresas e associações, motivado pela crescente inflação, o orçamento apresentado não dá resposta às necessidades do concelho e das pessoas, podendo e devendo ir mais longe em determinadas áreas em detrimento de investimento que consideramos menos prioritários face ao contexto socioeconómico.

Assim,

1 - Votamos na abstenção no superior interesse dos munícipes em função das nossas propostas, que apesar de não terem sido consideradas na sua totalidade, cada uma delas é relevante por si só.

2 - Não nos identificamos com as grandes opções e linhas gerais tomadas e, consequentemente, com orçamento apresentado, mantendo firme o prepósito de estarmos vigilantes na sua execução.

Os Vereadores Eleitos pelo PSD

Ana Rita Silva

Nuno Almeida

André Sousa

Batalha, 29 de novembro de 2022

Em anexo propostas do PSD para o orçamento 2023

## Orçamento Municipal Batalha 2023

### **Propostas dos Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD)**

#### Ação Social e Saúde

1. Reforço da dotação orçamental e respetivo apoio à Natalidade e subvenção das mensalidades da creche.
2. Reforço no valor das Bolsas de estudo.
3. Cartão de saúde - Geral para toda população residente no concelho.
4. Reforço da dotação orçamental 2023 Rede Social – Instrumentos ( Diagnóstico, PDS, e Plano de ação)

#### Habitação:

5. Devolução do IMT para jovens até os 35 anos, para a aquisição de habitação até aos 250.000€, com limite máximo de apoio de 5.000€.
6. Programa de apoio ao arrendamento para as jovens famílias para com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 35 anos  
(Exemplo: reembolso da caução até um máximo de 500€)

#### Ambiente:

7. Programa de mudança integral da iluminação pública para lâmpadas LED, com poupanças superiores a 50% na fatura da luz.
8. Criação de Parque Verde junto ao Rio Lena de ligação ao Parque dos Infantes, Jardim do Lena e as instalações desativadas do IVV.
9. Reforço da rede do GIRA Batalha em 2023, alargando o serviço aos lugares de Alcanadas, Casal do Quinta, Garruchas, Casal do Alho, Golpilheira e Faniqueira.

#### Infraestruturas:

10. Abertura da rubrica – Protocolo de colaboração com a junta de freguesia de São Mamede ampliação do Cemitério Casal Vieiro

11. Requalificar Estradas de São Mamede – Casal Suão
12. Requalificar Estrada Casal / Perulheira – São Mamede
13. Requalificação da estrada Padre Dr. Joaquim Coelho Pereira e estrada de Leiria na freguesia da Golpilheira.

#### **Economia e setor empresarial:**

14. Custos energéticos das empresas: Criação de programa de apoio complementar os apoios estatais ao setor empresarial com aumento dos custos energéticos. Ex:  
Empresa com variações dos custos acima de 75% relativamente a 2021, empresa até x€ de faturação, município apoia x valor
15. Elaboração de projeto de Zona Industrial de São Mamede, por fases
16. Criação de rubrica para Aquisição faseada de terrenos para construção da zona industrial de São Mamede;

#### **Educação, Desporto e Cultura:**

17. Construção Pavilhão da Torre, por conta do protocolo que foi assumido por todos os órgãos municipais
18. Escola da Torre - requalificação do edifício principal da escola da Torre com as valências: sala de atividades, Sala de ATL e refeitório. Ao grupo de trabalho da Aldeia Pintada, seria atribuída a atual sala da creche.
19. Requalificação da antiga escola primária do Reguengo do Fetal num Albergue para caminhanças e praticantes de desportos de natureza
20. Festival de folclore – reforço da verba de apoio ao festival.

Os vereadores do PSD apresentam 20 propostas transformadoras e compatíveis com as exigências orçamentais para 2023 e anos seguintes, na sua maioria concretizam projetos enquadráveis nos fundos europeus e outros instrumentos financeiros.